



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2016.0000666305

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000374-35.2012.8.26.0474, da Comarca de Potirendaba, em que é apelante BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, são apelados GABRIEL DANIEL BATISTA, SANTA CRUZ PALETES LTDA, ELIANA DA SILVA PELARIN (JUSTIÇA GRATUITA) e LUCIANO DA SILVA PELARIN (JUSTIÇA GRATUITA).

ACORDAM, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores CARLOS HENRIQUE MIGUEL TREVISAN (Presidente) e FORTES BARBOSA.

São Paulo, 14 de setembro de 2016.

Silvia Rocha

RELATORA

Assinatura Eletrônica

29ª Câmara de Direito Privado
Apelação nº 0000374-35.2012.8.26.0474
Juízo do Foro de Potirendaba (processo nº 0000374-35.2012.8.26.0474)
Apelante: Brasilveículos Companhia de Seguros
Apelados: Eliana da Silva Pelarin e outros
Juiz de 1º Grau: Marco Antônio Costa Neves Buchala
Voto nº 21971.

- Acidente de trânsito - Apelo interposto contra sentença homologatória de acordo - Acordo firmado por advogado com poderes para transigir - Desnecessidade de o valor do acordo limitar-se ao valor do pedido ou da apólice de seguro - Ausência de causa que determine a anulação da sentença - Recurso não provido.

Insurge-se a seguradora litisdenunciada, em ação indenizatória decorrente de acidente de trânsito, contra sentença que homologou acordo celebrado entre as partes.

Alega que: a) o advogado que a representou na audiência do dia 11.08.2014 não estava autorizado a celebrar acordo em seu nome; b) o valor ajustado no acordo, para a compensação dos danos materiais supostamente sofridos pelos autores, R\$67.300,00, é muito superior à pretensão indicada na petição inicial, R\$17.312,00, e também ao limite de cobertura previsto na apólice de seguro, R\$30.000,00; e c) o seu advogado foi levado a erro e a sentença deve ser anulada.

Recurso tempestivo e preparado.

Houve respostas.

É o relatório.

Trata-se de ação indenizatória por danos materiais e morais, decorrente de acidente de trânsito ocorrido no dia 01.10.2011, na altura do quilômetro 9 da Rodovia Vicinal João Neves, no município de Cedral – SP (fls. 18/31).

Os autores alegaram, na petição inicial, que o acidente foi causado pelo réu Gabriel, na direção de veículo pertencente

à corré Santa Cruz, e pediram, ao final, indenização pela perda do veículo, no valor de R\$17.312,00, e pela morte de seus pais de no mínimo 800 salários mínimos (fl. 8).

O advogado da apelante, Luciano Henrique, inscrito na OAB/SP sob o nº 282.158, tinha poderes para representá-la na audiência ocorrida no dia 11.08.2014 e também para firmar acordo em nome dela, como se extrai dos documentos de fls. 135/144 e 334, pouco importando, para a validade da transação judicial, o fato de ele ter sido previamente orientado por sua constituinte a não concordar com eventual proposta conciliatória, como ela afirmou.

Não se vislumbra a existência de vício de vontade na formação do ato processual e não há, portanto, causa para a anulação da sentença.

Depois, é certo que o valor ajustado entre as partes, para a compensação do dano material em tese sofrido pelos autores, R\$67.300,00, não precisava, necessariamente, corresponder ou limitar-se ao valor do pedido formulado na petição inicial (fl. 8), nem se restringir ao teto previsto na apólice de seguro (fl. 145), sabendo-se que as partes podem ter levado em consideração, na audiência, para a celebração do acordo, elementos e critérios não previstos na petição inicial – nas contrarrazões de fls. 389/397 e 404/406, as partes aduziram que o acordo levou em conta, por exemplo, a existência de cobertura por morte de passageiro, na apólice –, e que o valor de eventual condenação compreenderia juros de mora e correção monetária, além da atualização dos valores da apólice, justificando a fixação do valor do acordo em patamar superior ao do pedido.

Diante do exposto, não havendo causa para anulação da sentença homologatória, nego provimento ao apelo.

SILVIA ROCHA
Relatora